



INFORMATIVO 1ª CCR Nº 12, de 08 de junho de 2022

Índice

INFORMES DA 1ª CCR.....	3
Membros do MPF participam de encontro da 1CCR sobre saúde e previdência.....	3
FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA 1ª CCR.....	4
VOTOS DE DESTAQUE.....	4
PRÓXIMA SESSÃO DA 1ª CCR.....	5
INFORMES DO MPF E DE ÓRGÃOS EXTERNOS.....	6
SAÚDE.....	6
MPF inspeciona maternidade do Hospital Universitário para verificar quantidade de leitos e condições de assistência.....	6
MPF processa União para que seja fornecido via SUS medicamento usado no tratamento de câncer renal.....	7
Publicado o 9º Boletim de Produção Hemoterápica.....	7
Rede Ebserh apresentou boas práticas de controle no Projeto Eficiência Hospitalar do TCU...8	
QualiDot: Ministério da Saúde lança programa de qualificação do Sistema Nacional de Transplantes.....	8
Prorrogada, até 24 de junho, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe e o Sarampo 9	
Panorama da vacinação contra a Influenza e o Sarampo no Brasil (dados extraídos em 8 de junho de 2022).....	9
Ministério da Saúde abre sala de situação para monitorar Pernambuco, Alagoas e Paraíba após fortes chuvas.....	10
Ministério da Saúde regulamenta as ações e serviços de Telessaúde e institui o projeto UBS Digital.....	10
Atos normativos.....	11
Outras notícias de destaque – Saúde.....	11
COVID-19.....	12
Instituições federais de ensino podem cobrar passaporte de vacinação para retorno às aulas, opina PGR.....	12
Em reunião com o setor de aviação civil, Anvisa reforça com aéreas a importância das medidas sanitárias em aeroportos.....	13
Anvisa promoverá reunião com Sociedades Médicas para discutir dados da CoronaVac para crianças de 3 a 5 anos.....	14
Diálogos Conass – Estratégia para conter o desabastecimento de medicamentos é destaque em reunião com a Anvisa.....	14
Ministério da Saúde amplia dose de reforço para pessoas acima de 50 anos, trabalhadores da	



saúde e adolescentes.....	16
Boletim do Ministério da Saúde constata aumento de mais de 70% no número de casos da covid-19, durante a 21ª semana epidemiológica (22/5 a 28/5/2022).....	16
Panorama da vacinação contra a covid-19 no Brasil (dados extraídos em 8 de junho de 2022).....	17
Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil.....	18
Covid-19: Fiocruz auxilia em detecção de cepa recombinante XQ no RS.....	18
Outras notícias de destaque - Covid-19.....	19
EDUCAÇÃO.....	19
CGU monitora publicação de microdados dos censos educacionais e do Enem.....	19
FNDE libera recursos para novas matrículas na educação infantil.....	21
Decisão do TCU permite a conclusão do pregão eletrônico para aquisição de ônibus escolares.....	21
Metodologias e indicadores do Fundeb são temas de debate.....	22
Atos normativos.....	22
Outras notícias de destaque – Educação.....	23
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
Sancionada lei que desobriga compensação da União a Fundo da Previdência Social.....	23
Cálculo da aposentadoria deve considerar contribuições em atividades concomitantes, respeitado o teto.....	23
Atos normativos.....	24
Outras notícias de destaque – Previdência e Assistência Social.....	25
PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	25
MPF: União e Dnit são condenados a retirar restos dos escombros da Ponte Getúlio Vargas, do Rio Doce, em Linhares.....	25
Infraestrutura e regularização fundiária.....	26



Aos membros do Ministério Público Federal

Considerando as informações mais recentes relativas à temática Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral, a 1ª CCR tem a informar o que se segue:

INFORMES DA 1ª CCR

Membros do MPF participam de encontro da 1CCR sobre saúde e previdência

Membros do Ministério Público Federal (MPF) que atuam na temática de direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral se reuniram em Florianópolis (SC) para participar do evento 1ª Câmara em Foco: Saúde e Previdência. O encontro, realizado nos dias 31/05 a 03/06, contou com painéis de debate, palestras e um curso sobre reforma da previdência. Estiveram, entre os expositores, Procuradores da República, representantes de órgãos de controle, gestores públicos e pesquisadores

A abertura da reunião contou com a presença da Vice Procuradora-Geral da República e Coordenadora da 1CCR, Lindôra Araújo. Na fala de abertura, ela destacou a oportunidade do encontro presencial, após dois anos de pandemia e distanciamento social, e ressaltou a importância dos temas em discussão. “Saúde e previdência são questões essenciais, de interesse de todos”, disse.

A Vice-PGR pontuou que, apesar dos problemas evidentes e da necessidade de melhorias constantes, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é um dos melhores programas de saúde pública do mundo. Segundo ela, isso ficou ainda mais evidente durante a pandemia. Em relação à previdência social, Lindôra reconheceu que o tema é espinhoso, mas alertou que as mudanças são urgentes.

O Procurador da República Daniel Ricken, Chefe da PR/SC, reiterou a relevância dos temas em debate e afirmou que o encontro facilita a troca de experiências entre os membros. “É essencial discutir as ideias pessoalmente e não apenas por mensagem ou e-mail, que muitas vezes podem aparentar frieza e dificultar a transmissão de algum pensamento”, explicou. Ele acrescentou ainda que a pandemia acendeu o alerta para muitos pontos, sobretudo para a necessidade de melhorias de hospitais e leitos de UTI. “É uma demanda forte da sociedade e que o MPF pode ajudar a trabalhar”.

O Subprocurador-Geral da República e Membro da 1CCR Francisco Xavier, também participou da abertura do encontro. Ele parabenizou o colegiado pela iniciativa e afirmou que as palestras e ensinamentos apresentados ao longo do evento “vão contribuir grandemente com a atuação do MPF”.

Conteúdo – No âmbito da saúde, foram abordados aspectos como a eficiência dos gastos públicos; o



controle no cenário pós-covid-19; a interface entre o direito à saúde universal e os limites do orçamento público; a atuação privada no setor, entre outros temas.

Em relação à previdência social, foram discutidas estratégias para a viabilização de acordos extrajudiciais; as fases do processo administrativo previdenciário; as peculiaridades dos regimes próprios de previdência, além de diretrizes para a atuação institucional em matéria de previdência e assistência Social. O encontro foi encerrado com um curso sobre a reforma da previdência.

FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA 1ª CCR

Situação	Quantidade
Saldo anterior (16 mai 2022 – após a 8ª Sessão de Revisão de 2022)	96
Entradas (procedimentos distribuídos entre 17 mai 2022 e 30 mai 2022)	165
Saídas (procedimentos julgados e decisões monocráticas entre 17 mai 2022 e 30 mai 2022)	197
Remanescentes (30 mai 2022 – após a 9ª Sessão de Revisão de 2022)	64

VOTOS DE DESTAQUE

Notícia de Fato – 1.23.000.000624/2022-91

O Colegiado da 1ª CCR, ao apreciar recurso interposto contra decisão ministerial, homologou o arquivamento de Notícia de Fato autuada para apurar suposta irregularidade consistente na anulação de processo seletivo para contratação de professor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A decisão levou em conta a constatação de vício insanável no certame, por ausência de requisito de validade, diante da ausência de publicação oficial do Edital correspondente. Nesse sentido, dispõe a Súmula 473/STF que prevê a possibilidade de a administração anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos. Ao contrário do alegado na peça recursal em que se sustentava que a publicidade por meio do sítio oficial da Instituto cumpriria o requisito de ampla divulgação do processo seletivo, a Câmara destacou que “a Lei nº 8.745/1993, que rege a contratação temporária de pessoal, dispõe de forma expressa sobre a obrigatoriedade da divulgação do processo seletivo ser realizada por meio do Diário Oficial da União”. Confira a íntegra da



[decisão.](#)

Procedimento Preparatório – 1.33.005.000619/2021-19

Procedimento Preparatório instaurado com a finalidade de verificar a ocorrência de inconsistências no sítio disponibilizado para consultas de diversos procedimentos na rede pública no Estado de Santa Catarina teve a decisão de arquivamento homologada no âmbito da 1ª CCR, por ter sido a irregularidade apontada na representação devidamente sanada, uma vez que foi efetivada a implementação de novo sistema visando permitir aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) consultar sua posição na lista de espera para a realização de consultas, exames e procedimentos. Confira a íntegra da [decisão](#).

PRÓXIMA SESSÃO DA 1ª CCR

Mês	Dia
Junho	9

Composição da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão

LINDÔRA MARIA DE ARAÚJO Subprocuradora-Geral da República Coordenadora da 1ª CCR	PAULO GUSTAVO GONET BRANCO Subprocurador-Geral da República Membro Titular	FRANCISCO XAVIER PINHEIRO FILHO Subprocurador-Geral da República Membro Titular
ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA Procurador Regional da República Membro Suplente	ONOFRE DE FARIA MARTINS Subprocurador-Geral da República Membro Suplente	MARIA CRISTIANA SIMÕES AMORIM ZIOUVA Procuradora Regional da República Membro Suplente



INFORMES DO MPF E DE ÓRGÃOS EXTERNOS

SAÚDE

MPF inspeciona maternidade do Hospital Universitário para verificar quantidade de leitos e condições de assistência

Em 1º de junho, o Ministério Público Federal (MPF), acompanhado da Coordenadora da Rede Cegonha no Estado de Alagoas, realizou inspeção na maternidade do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), a fim de verificar a situação de funcionamento da UTI/UCI Neonatal e do Centro Obstétrico do hospital.

Com a presença da Procuradora da República Roberta Bomfim, a inspeção ocorreu no âmbito do procedimento administrativo 11.000.001813/2018-15, instaurado para acompanhar e monitorar a efetividade de inversão de leitos UCINeo/UTINeo do Hospital Universitário. A visita à maternidade, especificamente ao centro obstétrico e às unidades de terapia intensiva e de cuidados intermediários para recém-nascidos, se deu com o intuito de verificar a situação de atendimento aos bebês e suas mães, uma vez que as notícias de superlotação têm sido constantes.

Inspeção – Acompanhada da coordenadora da Rede Cegonha no Estado de Alagoas, a Procuradora da República Roberta Bomfim confirmou os fatos que chegam ao Ministério Público Federal quanto à insuficiência de leitos e que, em episódios de ausência de vagas na UTI e UCI Neo, alguns bebês de alto risco são mantidos no centro obstétrico. Além disso, constatou-se que não está disponível a totalidade dos leitos incentivados pela Rede Cegonha.

Além da falta de espaço físico e estrutura para a disponibilização da quantidade de leitos necessária, verificou-se que há carência na quantidade de profissionais e nas especialidades necessárias para que seja ampliado o número de leitos. Inclusive, há sobrecarga dos profissionais que atualmente se dedicam à maternidade do HU com o número atual de leitos.

A Procuradora da República buscou informações sobre possíveis soluções para os problemas em curto prazo, mas não descartou a possibilidade de ajuizar ação para obrigar a EBSERH a adotar providências para garantir a implantação de leitos em quantidade necessária para atender à demanda e observar os normativos da Rede Cegonha.

Denúncia recente – Chegou ao conhecimento do MPF que “recém-nascidos, em sua maioria com menos de 1 kg, por diversas vezes, ficam no Centro Obstétrico, sendo assistidos por toda a equipe, mas com qualidade reduzida, pois o esforço é para dar assistência a 12 recém-nascidos em local com capacidade para apenas dez leitos”, segundo denúncia juntada ao procedimento de acompanhamento.



Rede Cegonha – É uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MPF em Alagoas

MPF processa União para que seja fornecido via SUS medicamento usado no tratamento de câncer renal

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para que a União garanta o fornecimento do medicamento maleato de sunitinibe, via Sistema Único de Saúde (SUS), a pacientes no estado de Pernambuco em tratamento de câncer renal. O caso é de responsabilidade da Procuradora da República Mona Lisa Duarte Aziz.

O MPF requer à Justiça Federal que a União, por meio do Ministério da Saúde, seja condenada a realizar a compra direta, revisar o valor da autorização para procedimento de alto custo referente ao maleato de sunitinibe ou criar procedimento específico que assegure a cobertura financeira ao fornecimento desse medicamento oncológico. Na ação, a Procuradora da República requer ainda que seja vedada a consideração genérica de isenções e repasses previamente instituídos, bem como a compensação com o ressarcimento pretensamente excedente de outros medicamentos oncológicos.

A atuação do MPF foi motivada pela representação de uma paciente em tratamento no Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira (Imip), no Recife, que relatou o não recebimento da medicação prescrita. As apurações indicaram que, embora aprovado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), o maleato de sunitinibe não vem sendo distribuído no hospital, pois a verba repassada via SUS é insuficiente para compra do remédio. (Processo nº 0808735-70.2022.4.05.8300)

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MPF em Pernambuco

Publicado o 9º Boletim de Produção Hemoterápica

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária divulgou, na sexta-feira (3), o 9º Boletim de Produção Hemoterápica. A publicação apresenta informações sobre as características da doação de sangue e do perfil dos doadores no país. Os dados, referentes ao ano de 2020, também mostram a capacidade de produção e uso dos hemocomponentes pela rede de serviços de hemoterapia brasileiros, a Hemorrede.



De acordo com a autarquia, a análise dos dados de produção hemoterápica nos serviços de hemoterapia serve de subsídio para as políticas públicas na área de sangue, bem como para promover ações de captação de doadores. Confira a íntegra do [9º Boletim de Produção Hemoterápica](#).

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Rede Ebserh apresentou boas práticas de controle no Projeto Eficiência Hospitalar do TCU

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) apresentou, em 31 de maio, as boas práticas de controle no Projeto Eficiência Hospitalar do Tribunal de Contas da União (TCU). O Projeto Eficiência Hospitalar teve início a partir da necessidade, percebida pelo TCU, de se induzir maior eficiência nos serviços assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente àqueles prestados por hospitais.

O Auditor-Geral da Rede Ebserh, Adriano Souza, explicou como foi a escolha dessas práticas. “Após entendimentos com o TCU, e com base nas auditorias realizadas nos hospitais vinculados à Ebserh sobre os temas Cirurgias e Internações, a Auditoria Interna Ebserh selecionou quatro trabalhos para apresentação”, esclareceu.

Do Complexo Hospitalar de Curitiba (CHC-UFPR/Ebserh), foi apresentado o trabalho “Sistema de rastreabilidade dos materiais e instrumentais cirúrgicos”; do Complexo Hospitalar de Fortaleza (CH-UFC/Ebserh), foi “Dashboard para monitoramento das atividades assistenciais”; do Hospital Universitário de Vitória (Hucam-Ufes/Ebserh), foi o trabalho “Circuito Cirúrgico – Otimização da gestão da oferta cirúrgica”; e do Hospital Gaffrée e Guinle (HUGG-Unirio/Ebserh), foi “Rotinas do Núcleo Interno de Regulação sendo utilizadas por todos os colaboradores”. Confira mais informações sobre o [Projeto Eficiência Hospitalar do Tribunal de Contas da União](#).

Fonte: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

QualiDot: Ministério da Saúde lança programa de qualificação do Sistema Nacional de Transplantes

O Ministério da Saúde lançou, nesta segunda-feira (6), o Programa de Qualificação do Sistema Nacional de Transplantes por meio da avaliação de critérios e indicadores, o QualiDot. Coordenado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, o objetivo do programa é reclassificar todos os centros transplantadores do país para aperfeiçoar os mecanismos de controle relativos aos resultados dos transplantes. Podem aderir



ao programa hospitalais com atividades transplantadoras de, no mínimo, dois anos.

O programa consiste no monitoramento e avaliação dos serviços de transplantes de órgãos e de medula óssea, mediante acompanhamento de indicadores quali-quantitativos e a concessão de incentivo financeiro adicional para serviços de alta performance. O incentivo financeiro sobre indicadores de qualidade do QualiDot considera, entre outras coisas, a porcentagem de doações efetivas em relação ao total de notificações de morte encefálica nos últimos dois anos; a média do número de transplantes realizados por órgão ou célula, por estabelecimento na UF, em 24 meses; a sobrevivência dos pacientes em um ano e dois anos pós-transplante, dependendo da modalidade; e o tempo médio de espera em lista, em dias, para transplante de órgãos.

Sistema Nacional de Transplantes – Segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil tem o maior sistema público de transplantes do mundo. Atualmente, o País conta com uma central nacional; 27 centrais estaduais de transplantes; 648 hospitais, 1.253 serviços; 1.664 equipes de transplantes habilitadas; 78 organizações de procura por órgãos; 516 comissões intra-hospitalares de doação de órgãos e tecidos para transplantes; 52 bancos de tecido ocular; 13 câmaras técnicas nacionais; 12 bancos de multitecidos; e 48 laboratórios de histocompatibilidade.

Prorrogada, até 24 de junho, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe e o Sarampo

O Ministério da Saúde prorrogou, em 2 de junho, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe e o Sarampo. Com a decisão, o público-alvo da campanha poderá se vacinar, com prioridade, até o dia 24 de junho.

A partir do dia 25 de junho, estados e municípios poderão ampliar a campanha contra a gripe para toda a população a partir de 6 meses, enquanto durarem os estoques da vacina Influenza. Já a imunização contra o sarampo faz parte do Calendário Nacional de Vacinação e os imunizantes estão disponíveis durante todo o ano.

Panorama da vacinação contra a Influenza e o Sarampo no Brasil (dados extraídos em 8 de junho de 2022)

<u>Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza (2022)</u>	
População alvo	77.940.342 milhões de pessoas
Doses distribuídas	79.985.240 milhões
Total de doses aplicadas	30.544.155 milhões

**Campanha de Seguimento contra o Sarampo (2022)**

População alvo	18.822.908 milhões de pessoas
Doses distribuídas	8.590.270 milhões
Percentual de cobertura vacinal em crianças	34,39%

Ministério da Saúde abre sala de situação para monitorar Pernambuco, Alagoas e Paraíba após fortes chuvas

Ministério da Saúde informou a abertura de sala de situação para monitorar a situação de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, após as fortes chuvas. As equipes iniciaram os trabalhos para avaliar a situação dos municípios atingidos para resposta oportuna de saúde.

A sala de situação é composta por técnicos do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública (DSASTE/SVS). De acordo com a Pasta, foram disponibilizados oito profissionais para apoiar os Estados e os municípios atingidos na gestão do desastre, desde o levantamento dos danos aos estabelecimentos de saúde, avaliação de perfil de saúde da população em situação de abrigo e o perfil das doenças relacionadas a inundações.

Além do envio de profissionais, o órgão afirmou ter encaminhado dois kits para o estado de Pernambuco e está em processo de envio, de mais 12 kits destinados a atender a população desabrigada e desalojada das regiões. Os kits são compostos por medicamentos e insumos estratégicos para reforçar a assistência farmacêutica básica às populações atingidas pelas chuvas. Ao todo, serão mais de 3,5 toneladas de medicamentos e insumos enviados.

Ministério da Saúde regulamenta as ações e serviços de Telessaúde e institui o projeto UBS Digital

Foi publicada, na sexta-feira (3), a [Portaria GM/MS nº 1.348/2022](#) destinada à regulamentar as ações e serviços de Telessaúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o Ministério da Saúde, a regulamentação estabelece critérios, normas e parâmetros para os atendimentos por meio da tecnologia da informação, seguindo as diretrizes de órgãos competentes como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a fim de garantir que os atendimentos à distância tenham o mesmo padrão e cumpram os mesmos requisitos e preceitos éticos dos presenciais.

Além da edição da norma relativa à Telessaúde, o Ministério da Saúde instituiu, por meio da [Portaria GM/MS nº 1.355/2022](#), o projeto "Unidade Básica de Saúde Digital – UBS Digital". O projeto-piloto da UBS



Digital visa difundir o uso de Saúde Digital e Telessaúde em UBS, como mecanismo para ampliar o acesso, a resolubilidade e a integração dos serviços de atenção primária com a Rede de Atenção à Saúde; analisar a integração do modelo de atenção à saúde com suporte digital, proposto no projeto-piloto, com a Rede de Atenção à Saúde; e apoiar os municípios na implementação da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 na Atenção Primária à Saúde. Para mais informações, confira a página do Ministério da Saúde sobre a [Telessaúde](#).

Fonte: Ministério da Saúde

Atos normativos

- [Portaria Sest/Seddm/ME nº 5.077, de 3 de junho de 2022](#) - Fixa o limite para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).
- [Portaria GM/MS nº 1.355, de 3 de junho de 2022](#) - Institui o projeto Unidade Básica de Saúde Digital - UBS Digital no âmbito da Atenção Primária à Saúde.
- [Portaria GM/MS nº 1.348, de 2 de junho de 2022](#) - Dispõe sobre as ações e serviços de Telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- [Resolução nº 7, de 1º de junho de 2022](#) - Dispõe sobre a liberação dos critérios de estabelecimento ou de ajuste de preços de medicamentos com risco de desabastecimento no mercado brasileiro.

Fonte: Imprensa Nacional

Outras notícias de destaque – Saúde

- [Inca lançou, em 1º de junho, a campanha "Câncer, dá para prevenir?"](#)
- [Estudo do Inca analisa dados sobre a redução do tabagismo passivo dentro de casa](#)
- [Ministério da Saúde lança ação estratégica com o objetivo de qualificar trabalhadores do SUS para abordagem ao paciente crítico e resposta às situações de urgência e emergência](#)



COVID-19

Instituições federais de ensino podem cobrar passaporte de vacinação para retorno às aulas, opina PGR

O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, defendeu a autonomia das instituições federais de ensino para exigir da população a apresentação do comprovante de vacinação contra o coronavírus para o retorno às aulas presenciais. A matéria está em debate em três arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs 930, 931 e 932), propostas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Verde (PV). As siglas pedem a invalidação de despacho do Ministério da Educação que proibia as universidades e as instituições educacionais de adotarem a medida.

Nas manifestações ao Supremo Tribunal Federal (STF), Aras esclarece que a análise de constitucionalidade da decisão do MEC está no rol de questões já enfrentadas pelo STF no contexto da pandemia da covid-19, especialmente aquelas que dizem respeito à repartição de competências entre os entes da Federação, no campo da proteção da saúde pública.

O PGR observa que o Plenário da Corte entendeu como válida a obrigatoriedade da vacinação com base em critérios técnicos e científicos, sendo inadmissível tal imposição por meio do uso de força física. Para ele, a proibição, em abstrato, nos termos do despacho ministerial, “interfere no espaço de atuação dos órgãos locais” para análise da situação epidemiológica e tomada de decisões direcionadas a evitar maiores riscos de contaminação, garantindo a saúde da população local.

Cabe aos entes federados analisar a necessidade de impor medidas sociais restritivas, que estimulem a imunização da população, com fundamento na Lei 13.979/2020. As instituições federais de ensino, segundo o PGR, devem se adequar à situação e às normativas de saúde locais. “A disciplina a respeito dessas medidas não tem relação com diretrizes de ensino que justificassem alguma interferência do órgão a que vinculadas. O ato impugnado avançou em temática sanitária, que não é própria de sua área especializada de atuação”, afirma Aras.

Não conhecimento – Nos pareceres, Augusto Aras opina pelo não conhecimento das três ADPFs. O Procurador-Geral lembrou a existência de decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADPF 756, de suspender liminarmente a eficácia do mesmo despacho do MEC. “Não parece haver utilidade em se rediscutir a validade constitucional do mesmo ato, em ação distinta, o que conduz ao reconhecimento da prejudicialidade desta demanda”.



No mérito, opina pela procedência das ações do PDT e do PT – caso sejam conhecidas. Na ADPF 932, de autoria do PV, o Procurador-Geral opina pela procedência parcial. O PGR afastou a hipótese levantada pela sigla de inconstitucionalidade do art. 42 da Lei Complementar 73/1993. A norma, segundo Aras, “trata genericamente do caráter vinculante de parecer de ministro de Estado”, não sendo a via da ação de controle de constitucionalidade a ferramenta adequada para analisar alegação de incidência indevida da norma legal. Confira a íntegra das manifestações nas ADPFs [930](#), [931](#) e [932](#).

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

Em reunião com o setor de aviação civil, Anvisa reforça com aéreas a importância das medidas sanitárias em aeroportos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou, na sexta-feira (3), videoconferência junto ao setor de aviação civil. O objetivo foi reforçar as orientações relativas às medidas sanitárias vigentes em aeroportos e aeronaves. A Agência também tratou do alerta internacional relacionado a casos da *Monkeypox*, também conhecida como varíola do macaco.

Na ocasião, a autarquia reforçou o cenário epidemiológico da covid-19 no Brasil, ressaltando o aumento de casos observado nos últimos dias, o que requer maior cuidado quanto às medidas de prevenção e mitigação da disseminação do vírus. Nesse sentido, reiterou que se encontram vigentes as resoluções RDC nº 584/2021 e RDC nº 456/2020, cujo conteúdo estabelecem medidas de controle sanitário em portos e aeroportos, respectivamente, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus. Segundo o órgão, considerando que a transmissão do vírus Sars-CoV-2 ocorre, principalmente, por meio de gotículas do trato respiratório, as medidas relativas a uso de máscaras, etiqueta respiratória, distanciamento físico e higienização de superfícies atualmente já previstas nos regulamentos atuam de forma sinérgica para reduzir o risco de disseminação da doença.

Em relação aos casos da Monkeypox (MPXV), a Agência informou que a ocorrência da doença tem sido registrada, desde o último dia 15 de maio, em diferentes países e em diferentes pessoas sem histórico de viagem às áreas endêmicas. De acordo com a autarquia, os sinais e sintomas observados, até o momento, foram febre, gânglios inflamados e erupção na pele de início súbito que se espalha pelo corpo a partir da face. Durante a reunião, contudo, os representantes da Anvisa destacaram que várias doenças têm apresentação clínica semelhante, por isso somente um médico pode confirmar a suspeita.

Atualmente, para prevenir a disseminação do vírus *Monkeypox*, o órgão orienta que as pessoas com



quadros suspeitos fiquem em isolamento e evitem viajar até o desaparecimento das lesões na pele características da doença. A transmissão pode ocorrer por contato físico direto com a pessoa doente ou material contaminado, e sempre que houver exposição próxima e prolongada sem proteção respiratória.

Anvisa promoverá reunião com Sociedades Médicas para discutir dados da CoronaVac para crianças de 3 a 5 anos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou, em 2 de junho, que prevê se reunir, nesta semana, com representantes de Sociedades Médicas para discussão [sobre os dados adicionais encaminhados pelo Instituto Butantan](#) para avaliação da vacina Coronavac para crianças de 3 a 5 anos. Foram convidados para a reunião representantes da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

De acordo com a autarquia, a participação das Sociedades Médicas na avaliação de vacinas contra a covid-19 destinadas às crianças é fundamental para fornecimento de subsídios necessários de modo a garantir a autorização de vacinas seguras para esse público.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Diálogos Conass – Estratégia para conter o desabastecimento de medicamentos é destaque em reunião com a Anvisa

No dia 1º de junho, a sessão Diálogos Conass recebeu os diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Meiruze Souza, Alex Campos e Romison Rodrigo Mota e os assessores Jonas Sales, Alex Sander Duarte e Isabel Pimentel. Dentre outros assuntos, a reunião debateu temas sensíveis ao Sistema Único de Saúde (SUS) e que competem às instituições, como o monitoramento do desabastecimento de medicamentos, o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e a vacinação contra a Covid-19.

Desabastecimento de medicamentos - O ponto alto da reunião, foi o debate sobre a atual situação de desabastecimento de medicamentos. O Assessor Técnico do Conass, Heber Dobis, esclareceu que até o momento a impressão que se tem é que desta vez é diferente do ocorrido na crise de abastecimento dos medicamentos utilizados para intubação orotraqueal em pacientes com covid-19. “Agora é uma questão de oferta. Os produtos existem, mas não são apresentados no processo de aquisições. Mais de 70% das



secretarias estaduais de saúde (SES) sinalizam haver mais de 30 medicamentos cujo processo licitatório restou deserto no último ano, por isso é importante termos uma análise da Anvisa sobre esse cenário”, afirmou.

Os diretores explicaram as ações que a Agência realiza em relação ao problema e ressaltaram que, nas tratativas com a indústria farmacêutica, identificaram uma grande questão ligada à precificação. “Levamos esse problema ao Ministério da Saúde e à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Nossa preocupação com este movimento é com estados e municípios que estão efetivamente na ponta, realizando a compra”, afirmou Romison Mota.

Alex Campos, mencionou ainda situações em que existe a possibilidade legal de importação excepcional de medicamentos indisponíveis em território nacional, por meio da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa n. 488/2021.

Já Meiruze Souza, chamou a atenção para a necessidade de também envolver o complexo industrial da saúde neste debate além de utilizar os laboratórios nacionais oficiais que têm boa estrutura para equilibrar o mercado, trazendo uma visão importante e estratégica.

Vacinação infantil - O Assessor Técnico do Conass, Nereu Henrique Mansano falou sobre a preocupação dos gestores com o aumento de casos de internações de crianças menores de 6 anos com a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e indagou como está a situação do processo de discussão da vacinação com Coronavac para crianças de 3 a 5 anos. “Temos observado grande aumento de casos de SRAG em menores de 5 anos. Para nós é cada vez mais relevante implementar a vacinação para este grupo”, alertou.

Meiruze Sousa explicou como a Agência está agindo em relação à questão. “Nosso cuidado é entender as limitações que a vacina tem frente às novas cepas. Nós estamos estudando os dados atuais do Chile [o país já faz uso de Coronavac em crianças de 3 a 6 anos]. Nosso trabalho está sendo pautado em um olhar diferenciado de forma a trazer segurança aos demais diretores para a tomada dessa decisão”, esclareceu.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - O Coordenador de Desenvolvimento Institucional do Conass, René Santos, questionou o posicionamento da Anvisa em relação ao fortalecimento da gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. “Temos um posicionamento claro em relação a utilização e gestão desse sistema, principalmente na organização de uma Rede de Atenção à Saúde que entenda a Vigilância Sanitária como uma ação a ser desenvolvida, mas também como foco na governança desse sistema”, afirmou.

Segundo a diretora substituta, é fundamental assumir o papel de fortalecimento e coordenação da Vigilância Sanitária. “Precisamos fortalecer a governança do sistema de forma geral para atingirmos



nossos objetivos que é o acesso a serviços de qualidade e o Conass nos ajudaria bastante para pensarmos nesta questão da governança dentro do sistema de vigilância sanitária”, disse Sousa.

Centro de Informações Estratégicas para a Gestão Estadual do SUS - Na reunião também foi apresentado o Centro de Informações Estratégicas para a Gestão Estadual do SUS (Cieges). Marcus Carvalho, gerente da Assessoria de Comunicação Social do Conass e coordenador do projeto explicou que o Cieges é um projeto de ciência de dados, desenvolvido pelo Conass com o objetivo de facilitar o acesso a um conjunto de informações para subsidiar a tomada de decisão e a consulta de dados.

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Ministério da Saúde amplia dose de reforço para pessoas acima de 50 anos, trabalhadores da saúde e adolescentes

Pessoas com 50 anos ou mais e trabalhadores da saúde, poderão tomar a segunda dose de reforço da vacina contra a covid-19. Além desse público, o Ministério da Saúde passou a recomendar, ainda, a [dose de reforço para adolescentes na faixa etária entre 12 e 17 anos](#). As recomendações, editadas pela Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, estão contidas nas notas técnicas nº [35](#), [36](#) e [37/2022](#).

Em relação à [população com 60 anos ou mais e trabalhadores da Saúde](#), o órgão orienta que as vacinas da Pfizer, Janssen e AstraZeneca poderão ser usadas, independentemente da dose aplicada anteriormente.

Já os adolescentes deverão, preferencialmente, receber o imunizante da Pfizer. No caso de indisponibilidade, a vacina CoronaVac poderá ser utilizada. Excetuam-se à orientação os adolescentes imunocomprometidos, os quais deverão ser vacinados com o imunizante da Pfizer.

Boletim do Ministério da Saúde constata aumento de mais de 70% no número de casos da covid-19, durante a 21ª semana epidemiológica (22/5 a 28/5/2022)

Com o intuito de publicizar a análise detalhada do perfil de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus e de dados atinentes a hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) relativos à 21ª semana epidemiológica (22/5 a 28/5/2022), o Ministério da Saúde divulgou o 115º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19.

Segundo o boletim, durante a semana epidemiológica 19 (SE 21), foram registrados 166.777 casos e 863 óbitos por covid-19, com taxa acumulada de incidência e mortalidade estimada em 14.613,7 casos e



314,7 óbitos a cada 100 mil habitantes. Em comparação com a SE anterior (SE 20), foi verificado o aumento de 73% no número de casos (acréscimo de 70.264 casos) e de 32% nas mortes ocasionadas pela doença (acréscimo de 207 óbitos).

Dados da Semana Epidemiológica nº 21 (22/5 a 28/5/2022)

- **Número de novos casos por região:** Região Centro-Oeste – 19.981 casos; Região Nordeste – 9.721 casos; Região Norte – 2.820 casos; Região Sudeste – 77.279 casos; Região Sul – 56.976 casos.
- **Número de novos óbitos por região:** Região Centro-Oeste – 75 óbitos; Região Nordeste – 93 óbitos; Região Norte – 35 óbitos; Região Sudeste – 513 óbitos; Região Sul – 147 óbitos.

O relatório apresenta, ainda, dados sobre a SRAG, casos e óbitos de SRAG por covid-19, perfil de casos e óbitos de SRAG hospitalizado, confirmados por covid-19, em gestantes e profissionais de saúde, variantes de preocupação, casos de reinfeção por Sars-Cov-2, bem como informações concernentes à Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) Temporalmente Associada à Covid-19; e à vigilância laboratorial. Confira a íntegra do [115º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19](#).

Panorama da vacinação contra a covid-19 no Brasil (dados extraídos em 8 de junho de 2022)

População Geral	
1ª dose	177.240.134
2ª dose	159.573.308
Dose única	4.904.248
Dose de reforço	87.736.245
2ª dose de reforço	5.343.315
Dose adicional	3.894.451
Total de doses aplicadas	438.691.701

	População Indígena atendida pelo SASISUS	População Quilombola
1ª dose	376.121	598.397
2ª dose e dose	357.465	548.962



única		
Dose de reforço	-	328.275
Dose adicional	-	18.186
Total de doses aplicadas	733.586	1.493.820

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 7 de junho de 2022, informam que o Brasil registra 31.266.163 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 667.348 mil óbitos decorrentes da doença.



Fonte: Ministério da Saúde

Covid-19: Fiocruz auxilia em detecção de cepa recombinante XQ no RS

Trabalho de vigilância genômica detectou 25 casos da cepa recombinante XQ no Rio Grande do Sul entre os meses de março e maio. O vírus apresenta uma mistura do genoma de duas linhagens da variante Ômicron: BA.1 e BA.2. A cepa XQ já tinha sido detectada em casos isolados em Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Porém, os dados de sequenciamento indicam que o Rio Grande do Sul é o primeiro estado onde há um cluster de transmissão local do vírus.

Os primeiros casos foram identificados em sequenciamento genético realizado pelo Centro Estadual de



Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (Cevs/SES-RS), com publicação no [boletim genômico](#) estadual do dia 24 de maio. Os demais sequenciamentos foram conduzidos pela Fiocruz em parceria com o Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (Lacen-RS). A Universidade Feevale, que integra a Rede Corona-Ômica BR-MCTI, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, também contribuiu com genomas gerados no estado do RS. O trabalho teve a colaboração da Unidade de Apoio ao Diagnóstico da Covid-19 do Rio de Janeiro (Unadig-RJ), operada pela Fiocruz.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Outras notícias de destaque - Covid-19

- [Universidade Federal de Santa Catarina \(USFC\) pesquisará os efeitos da pandemia decorrente do novo coronavírus sobre o desenvolvimento da linguagem em crianças](#)
- [Cidades Contra Covid-19: nova campanha disponibiliza materiais gráficos sobre Covid Longa e a importância da vacinação](#)
- [Conass alerta para a necessidade de cautela e reforço às medidas de controle da Covid-19 no País](#)
- [Pesquisa da Fiocruz investiga Covid-19 grave entre jovens sem doenças crônicas](#)
- [Rede Genômica atualiza vigilância de linhagens e variantes do Sars-CoV-2](#)

EDUCAÇÃO

CGU monitora publicação de microdados dos censos educacionais e do Enem

A Controladoria-Geral da União (CGU) informou, em 30 de maio, o término da ação de monitoramento sobre a publicação dos microdados dos censos educacionais – Censo da Educação Superior e Censo da Educação Básica – e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O órgão encaminhou os resultados da análise ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como as providências a serem adotadas pelo instituto para o atendimento à Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), e seu regulamento (Decreto nº 7.724/2012), bem como à Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal (Decreto nº 8.777/2016).



Em fevereiro de 2022, o Inep entendeu que a divulgação de dados constantes das publicações do Enem 2020 e do Censo Escolar da Educação Básica 2021 poderia trazer riscos de identificação e, assim, violação da privacidade dos estudantes, circunstância que poderia acarretar descumprimento de dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Diante desse cenário, inicialmente, as bases de dados foram retiradas pelo Inep do sítio eletrônico em que estavam publicadas. Posteriormente, o formato dos dados historicamente utilizado pelo instituto para a publicação foi alterado, e as bases foram publicadas novamente, com restrição de alguns microdados antes disponíveis em transparência ativa.

A CGU, por meio Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), unidade responsável pelo monitoramento da LAI e da Política de Dados Abertos no âmbito do Poder Executivo federal, analisou a publicação dos microdados por parte do Inep e apresentou seu entendimento técnico acerca do caso concreto por meio da Nota Técnica nº 1136/2022/CGAT/DTC/STPC/CGU. Dentre as conclusões da CGU, destacam-se:

- A legislação a ser observada para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos pela publicação ou não de bases de dados é a LAI, conforme já reconhece o Enunciado nº 4/2022 da CGU.
- O fato de uma base de dados não estar anonimizada não pode ser usado como único fundamento para que os dados pessoais nela contidos não se tornem públicos, pois a LAI estabelece a publicidade como preceito geral (Art. 3º, I), determina que a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer independentemente de solicitações e prevê hipóteses nas quais a publicação de dados pessoais é autorizada. Dessa forma, os gestores deverão realizar avaliação quanto à previsão legal para a publicação de bases de dados e quanto à existência de interesse público e geral preponderante sobre o direito de proteção dos dados pessoais.
- Bases de dados contendo dados pessoais que já estejam publicadas, mas que precisem de atualização periódica, devem continuar sendo atualizadas nos moldes históricos, pois trata-se de bases com os mesmos metadados (atributos), apenas com versões atualizadas dos dados. Assim, presume-se o correto enquadramento nos termos da LAI e a boa-fé do ato de publicação no formato histórico. Entretanto, caso surjam evidências que indiquem significativo risco de prejuízo à intimidade, vida privada, honra e imagem dos titulares, direta ou indiretamente identificáveis na base de dados publicada, deve ser realizada nova avaliação quanto ao estrito atendimento ao interesse público na divulgação desses dados e quanto a medidas de mitigação do risco



mencionado.

[Confira a íntegra da Nota Técnica nº 1136/2022/CGAT/DTC/STPC](#)

Fonte: Controladoria-Geral da União

FNDE libera recursos para novas matrículas na educação infantil

Foi publicada, em 2 de junho, a [Portaria nº 121/2022](#), que autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar a transferência de recursos financeiros a 44 municípios para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme a [Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013](#).

A verba é destinada a instituições educacionais públicas ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Segundo a Portaria 121/22, serão distribuídos cerca de R\$ 18 milhões a municípios de 12 estados brasileiros – Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e Rio Grande do Sul.

Decisão do TCU permite a conclusão do pregão eletrônico para aquisição de ônibus escolares

Em decisão proferida, em 25 de maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) permitiu a continuidade do pregão eletrônico para registro de preços dos ônibus do Caminho da Escola. Segundo estimativa da área de compras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o pregão eletrônico deve ser concluído até o final de junho, após a finalização da fase de avaliação da qualidade dos protótipos. E a previsão é de que as atas com os preços registrados dos veículos sejam publicadas no Diário Oficial da União (DOU) até meados do segundo semestre.

Modelos – O edital do Pregão Eletrônico nº 2/2022, do FNDE, prevê a eventual aquisição de 3.850 ônibus escolares de quatro modelos, todos equipados com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel, para embarque e desembarque de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação



Metodologias e indicadores do Fundeb são temas de debate

As metodologias e os indicadores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foram os temas da série "Pesquisa Inep", ocorrida na última terça-feira, 7 de junho.

Pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) discutiram os estudos “A educação infantil e sua vinculação à nova complementação da União ao Fundeb: proposta de um indicador” e “Proposta de Indicador de Nível Socioeconômico dos Educandos: subsídios para a distribuição de recursos do Fundeb e para a construção de um indicador oficial do Inep”, sob o enfoque das estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE). O seminário está disponível no [link](#).

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Atos normativos

- [Portaria nº 209, de 6 de junho de 2022](#) - Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2021, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das Instituições de Educação Superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados.
- [Portaria nº 406, de 6 de junho de 2022](#) - Altera a Portaria MEC nº 852, de 28 de outubro de 2021, que regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
- [Portaria nº 121, de 31 de maio de 2022](#) - Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar a transferência de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme a Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
- [Portaria nº 359, de 26 de maio de 2022](#) – Autoriza o fomento, via Bolsa-Formação, de cursos de qualificação profissional.

Fonte: Imprensa Nacional



Outras notícias de destaque – Educação

- [FNDE disponibiliza materiais com orientações sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola](#)
- [Prorrogado prazo para aditamento de contratos do Fies](#)
- [Inep lança o Pannel de Business Intelligence \(BI\) do Revalida](#)
- [Disponibilizados os microdados do Enem 2018 e 2019](#)
- [Programa Primeira Infância na Escola já alcançou mais de 1,8 mil adesões](#)
- [Municípios e DF já podem se inscrever no Simec para participar do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas](#)

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sancionada lei que desobriga compensação da União a Fundo da Previdência Social

Foi sancionada, em 1º de junho, a Lei nº 14.360/2022 que torna mensal a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e revoga a necessidade de compensação do Fundo do RGPS pela União em razão da desoneração da folha de pagamentos. A norma é resultado da conversão MPV 1.093/2021 aprovada sem mudanças pelo Congresso.

Fonte: Agência Senado

Cálculo da aposentadoria deve considerar contribuições em atividades concomitantes, respeitado o teto

Em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.070), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que, "após o advento da Lei 9.876/1999, e para fins de cálculo do benefício de aposentadoria, no caso do exercício de atividades concomitantes pelo segurado, o salário-de-contribuição deverá ser composto da soma de todas as contribuições previdenciárias por ele vertidas ao sistema, respeitado o teto previdenciário".

Segundo o relator, Ministro Sérgio Kukina, a discussão travada no repetitivo consistiu em definir a aplicabilidade do artigo 32, e seus incisos, da Lei 8.213/1991, frente às alterações legislativas na forma de cálculo do salário-de-benefício do segurado que exerceu atividades concomitantes – sobretudo aquelas



trazidas pela Lei 9.876/1999. Confira a íntegra do acórdão no [Recurso Especial nº 1.870.793/RS](#).

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Atos normativos

- [Portaria/MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022](#) - Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.
- [Portaria/Pres/INSS nº 1.452, de 2 de junho de 2022](#) - Dispõe sobre o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores, empregados públicos e estagiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estão em trabalho remoto em virtude do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus.
- [Portaria Conjunta Dirben/INSSSPMF/Spdev/MTP nº 3, de 31 de maio de 2022](#) - Prorroga, até 30 de junho de 2022, o prazo da experiência-piloto de realização de Perícia Médica com Uso da Teleavaliação (PMUT), instituído no § 1º do art. 1º da Portaria DIRBEN/INSS/SPMF/SPREV/MTP nº 1, de 26 de janeiro de 2022.
- [Portaria Dirben/INSS nº 1.022, de 31 de maio de 2022](#) - Altera a Portaria DIRBEN/INSS nº 988, de 22 de março de 2022, que estabelece orientações e medidas a serem adotadas para tratamento das demandas relacionadas a Benefícios de Prestação Continuada - BPC bloqueados ou suspensos por não inscrição no CadÚnico.
- [Portaria Pres/INSS nº 1.450, de 30 de maio de 2022](#) - Prorroga a experiência-piloto do Programa de Gestão do Atendimento Presencial e abre novo ciclo de adesão para os servidores das Agências da Previdência Social participantes.
- [Portaria Pred/INSS nº 1.449, de 27 de maio de 2022](#) - Designar o Ouvidor da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS como autoridade de monitoramento do órgão.

Fonte: Imprensa Nacional



Outras notícias de destaque – Previdência e Assistência Social

- [INSS altera modelo para elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário \(PPP\)](#)
- [Audiência Pública na Câmara dos Deputados discutiu temas como a importância da repaginação do parque tecnológico do INSS, a judicialização de processos, concurso público e o acordo de greve entre INSS e sindicatos](#)
- [Força tarefa do INSS objetiva agilizar requerimentos de cidades mais afetadas pelas chuvas em Pernambuco e Alagoas](#)

PATRIMÔNIO PÚBLICO

MPF: União e Dnit são condenados a retirar restos dos escombros da Ponte Getúlio Vargas, do Rio Doce, em Linhares

O Ministério Público Federal (MPF) obteve a condenação da União e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para que ambos façam a retirada do restante da estrutura da Ponte Getúlio Vargas, localizada em Linhares (ES), e também dos escombros que ficaram no leito do Rio Doce, após o desabamento ocorrido em 2009.

Segundo a sentença da 1ª Vara Federal de Linhares, dada a complexidade das obras a serem realizadas, ficou estabelecido prazo de dois anos para a conclusão dos trabalhos. A decisão também pontua que, tendo em vista o laudo pericial que atestou risco de novo desabamento a qualquer momento e que há circulação de pessoas e embarcações nas áreas situadas abaixo dos vãos que permanecem de pé, os réus deverão, imediatamente, “adotar providências de sinalização ostensiva, impedimento de acesso aos locais de risco, campanhas de conscientização da população com o objetivo de evitar novos danos, sobretudo a pessoas, enquanto não é concluída a desmobilização”.

A unidade do MPF localizada em Linhares (PRM/Linhares) também instaurou um procedimento para acompanhar a implementação das medidas determinadas pela sentença.

(Processo nº 5000922-54.2018.4.02.5004)

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MPF no Espírito Santo



Infraestrutura e regularização fundiária

Nos últimos dias, foram noticiadas ações na área de infraestrutura de vias e emissão de títulos destinados à regularização fundiária. Confira:

Infraestrutura de vias

- [Assinatura de ordem serviço para execução da obra de adequação de capacidade e segurança com duplicação, implantação do contorno e restauração existente e da Obra de Arte Especial \(OAE\) na BR-230/PB](#)
- [Balanco das obras recém entregues na BR-040, trecho de ligação entre Juiz de Fora \(MG\) e Brasília \(DF\)](#)
- [Execução da obra de alargamento e drenagem na BR-158/GO, entre os municípios de Jataí \(GO\) e Caiapônia \(GO\)](#)
- [Entrega de trecho duplicado na BR-316/PI, do km 18,80 ao km 23,80](#)
- [Conclusão da primeira etapa das obras na Travessia Urbana de Tianguá \(CE\)](#)
- [Continuidade das obras de duplicação da BR-116/RS, no trecho localizado entre os municípios de Camaquã \(RS\) e Cristal \(RS\)](#)
- [Entrega de 27km de pavimentação da BR-487/PR](#)

Regularização fundiária

- [Emissão, em 2022, de 3.298 títulos provisórios em assentamentos da reforma agrária e áreas de regularização fundiária pelo Incra em Rondônia](#)
- [Entrega de 462 títulos de Domínio e títulos provisórios a beneficiários da reforma agrária dos assentamentos Ferradura, Angical, Rio de Ondas e do extrativista São Francisco, localizados no Oeste da Bahia](#)
- [Ação de regularização fundiária de 20 assentamentos, situados nos municípios de Sítio do Mato \(BA\) e Santa Rita de Cássia/BA](#)
- [Entrega de títulos definitivos de posse da terra para famílias dos assentamentos Caiçara, Frei Damião e Moacir Lucena, situados em Apodi \(RN\)](#)



A 1ª CCR permanece à disposição pelo e-mail 1ccr@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

1ª Câmara de Coordenação e Revisão

Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral

Fontes de informação

Ministério Público

- 1ª CCR no Portal do MPF: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1>
- 1ª CCR na Intranet: <https://intranet.mpf.mp.br/intranet/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral>
- Notícias do Portal do MPF: <http://www.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias>
- Conselho Nacional do Ministério Público: <https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias>

Poder Executivo

- Agência Nacional de Transportes Terrestres: <https://www.gov.br/anttp/pt-br>
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa>
- Casa Civil: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias>
- Controladoria-Geral da União: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias>
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/>
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias>
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias>
- Fundo Nacional de Saúde: <https://portalfns.saude.gov.br/noticias/>
- Hemobrás: <https://www.hemobras.gov.br/>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias>
- Instituto Nacional de Câncer: <https://www.inca.gov.br/noticias>
- Instituto Nacional do Seguro Social: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos>
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias>
- Ministério da Educação: <https://www.gov.br/mec/pt-br>



- Ministério da Infraestrutura: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias>
- Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias>
- Ministério do Trabalho e Previdência:
<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo>

Poder Judiciário

- Supremo Tribunal Federal: <http://portal.stf.jus.br/listagem/listarNoticias.asp?ori=1>
- Superior Tribunal de Justiça: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Comunicacao/Ultimas-noticias>
- Conselho Nacional de Justiça: <https://www.cnj.jus.br/category/cnj/>
- Conselho da Justiça Federal: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias>

Poder Legislativo

- Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/noticias>
- Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/noticias>

Demais instituições

- Conselho Federal de Medicina: <https://portal.cfm.org.br/noticias/>
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais:
<https://www.conasems.org.br/informativo/noticias>
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde: <https://www.conass.org.br/category/noticias>
- Tribunal de Contas da União: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/>